
OS EVANGÉLICOS BAIANOS E A CONSTITUINTE DE 1988

Adriana Martins dos Santos

"Eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo. Só que eu faço com o moral elevado". João de Deus, membro da bancada evangélica na Constituinte.

Embora diversos trabalhos já tenham sido elaborados para desfazer o mito de que os políticos evangélicos passaram a atuar de maneira corporativa apenas a partir das eleições constituintes de 1986, quando seu crescimento populacional se fez representar no Congresso Nacional, é indiscutível que este representou um marco no processo de sua entrada na política. Neste ano, foram eleitos 32 deputados federais evangélicos. Os pentecostais, que não eram representativos até então, passaram a predominar, revelando sua vantagem numérica no campo, enquanto a quantidade de protestantes históricos permaneceu estável. Estes evangélicos possuíam diferentes posicionamentos ideológicos, indo desde políticos envolvidos em movimentos sociais e/ou com a Teologia da Libertação a nomes ligados aos grupos mais reacionários da sociedade brasileira. Neste momento, passou a se falar abertamente da constituição de uma bancada evangélica no legislativo federal, embora o termo não represente bem a realidade, uma vez que apenas uma parte, embora considerável, destes deputados atuasse em bloco. Como observou Pierucci (1996), ao estudar a atuação de políticos evangélicos na Constituinte:

Já em janeiro de 1987 a grande imprensa noticiava a articulação do “bloco dos evangélicos” como o primeiro passo da montagem de uma estratégia conjunta de atuação na Constituinte. Chamou-se a atenção, desde logo, para o fato de serem eles o primeiro grupo de constituintes ligados a diversos partidos a ter a iniciativa de formação de um bloco suprapartidário; e, em segundo lugar, para o objetivo comum que os unia acima de suas diferentes filiações partidárias: procurar barrar na Constituinte as iniciativas por eles consideradas anticristãs, como por



exemplo a legalização do aborto. (PIERUCCI, 1996, p. 182)

Este artigo fará uma breve trajetória da participação evangélica para a Assembleia Nacional Constituinte, desde o processo eleitoral até a sua presença no parlamento, para posteriormente se dedicar a analisar o desempenho dos deputados constituintes baianos Eraldo Tinoco, Milton Barbosa e Celso Dourado.

MOBILIZAÇÃO PARA A NOVA CONSTITUINTE

Os evangélicos brasileiros se mobilizaram para participar da construção da nova Constituição brasileira. É possível encontrar na imprensa evangélica a presença desta mobilização em vários níveis. Em novembro de 1985, por exemplo, a Ordem dos Ministros do Rio de Janeiro organizou um seminário para discutir o papel dos evangélicos em relação à construção da nova constituição. O evento foi divulgado n' *O Jornal Batista*:

Será que os batistas e todo povo evangélico no Brasil tem alguma coisa a ver com a realidade brasileira e com a construção do nosso futuro nacional? A atual Constituição, fruto do arbítrio e de mais uma queda na pretensiosa tentação do absolutismo, nos agrada? E o que dizer da Assembleia Nacional Constituinte, já convocada, e do novo texto constitucional que resultará do seu trabalho? Que temos a dizer? Como poderemos fazê-lo? Que contribuições temos a oferecer para a construção de uma nova ordem jurídica que seja mais justa e assegure a todo brasileiro os inalienáveis direitos à liberdade e à sua realização como ser humano? Estas e outras relevantes questões estarão sendo debatidas no Seminário "os Evangélicos e a Constituinte", no templo da Igreja Batista do Méier, nos dias 28 e 29 de novembro. É uma promoção da Ordem dos Ministros Batistas do Rio de Janeiro."¹

No ano seguinte, *O Jornal Batista* também reproduziu um manifesto elaborado pela Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, criado na sua assembleia anual, realizada em julho de 1986, na cidade de Peruíbe. Denominado Manifesto de Peruíbe, ele continha as diretrizes que, segundo o grupo, deveriam ser adotadas pelos legisladores na composição da nova Carta

¹ Os evangélicos e a Constituinte. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, p. 2, 3 nov. de 1985.

Magna brasileira. Entre os princípios apontados como indispensáveis, estava a necessidade do reconhecimento de Deus, pois eles acreditavam que sendo o Brasil um "país de formação e de maioria religiosa e cristã, guardada a separação entre o Estado e religião", a constituição deveria "retratar o reconhecimento de um Deus Soberano, e Senhor da História, tal como revelado nas páginas da Bíblia". Além disto, acreditavam que a família tradicional teria que ser preservada, uma vez que qualquer outra forma alternativa haveria de "causar uma irremediável decadência política, econômica, social, psicológica, moral e espiritual" na sociedade. Os princípios morais deveriam ser baseados nos mandamentos divinos contidos na Bíblia, que condenava a "pornografia, violência, criminalidade e vícios".²

Ainda durante o processo de eleições constitucionais um interessante texto escrito por Wagner José de Souza, membro da Igreja Batista do Morumbi de São Paulo, foi publicado no periódico batista. Neste, o autor denunciava o que considera a tentativa do Sun Myung Moon, mais conhecido como reverendo Moon, de apoiar financeiramente candidatos a deputados que teriam como objetivo ao ser eleitos defender seus interesses na Constituinte. Wagner conclamou as autoridades eleitorais para agirem no sentido de impedir o que considera um financiamento irregular de campanha. No final de sua publicação, alertou ainda para a necessidade dos evangélicos ficarem atentos quanto à possibilidade de grupos religiosos que consideram ilegítimos conseguirem eleger seus representantes:

Vamos orar pela nossa CONSTITUINTE para que ela não seja feita por grupo, como o de Moon, e dos Hare Krishna. Façamos a vontade do povo que é tão sofrido e precisa de uma "CONSTITUIÇÃO CRISTÃ E DEMOCRÁTICA". Temos algo que nos dá segurança "SE DEUS É POR NÓS QUEM SERÁ CONTRA NÓS". Esperamos que nós evangélicos não fiquemos arredios a essa "CONSTITUINTE" pois sabemos bem diferenciar a IGREJA do ESTADO. A BÍBLIA cita, o

² Os tópicos da proposta foram: Constituição Sintética, De direitos e Deveres, Uma sociedade livre e segura, Reconhecimento de Deus, Livre expressão religiosa, Educação opcional, Poderes Desastrosos, Democratização da Riqueza, A família, Princípios da Moral e A preservação da Natureza. Optamos apenas por comentar alguns dos temas tratados que tinham uma explícita vinculação religiosa, embora outras abordagem esta temática de forma indireta, como por exemplo, quando falaram sobre a necessidade da educação gratuita ser garantida, mas não exclusiva, possibilitando que outros grupos possam nela atuar. Como não pensar que esta é uma defesa do direito de continuidade de diversas instituições protestantes existentes no país. Glaser, Hartmur R e Korber, Rolando. O Manifesto de Peruibe. *O Jornal Batista*. Rio de Janeiro, p. 8, 2 nov. 1986.



voto aos Evangélicos no livro do Deuteronômio: 17:14 e 15 "... não poderás por homem estranho sobre ti, que não seja de teus irmãos".
"Só teremos Constituinte Cristã se elegermos homens verdadeiramente cristãos".³

Wagner Souza fazia referência a uma reportagem publicada pelo jornal *Folha de S Paulo*, em maio de 1986, que detalhava os planos de expansão de Moon no Brasil. Moon foi o criador da Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianismo Mundial, mais conhecida como Igreja da Unificação, que surgiu na Coreia em 1945 e que, em 1986, já possuía 2 milhões de membros estimados em todo mundo. Sua organização religiosa pregava o combate ao comunismo, acreditava na vinda de um segundo Messias, na predestinação e criou desde sua fundação um vasto império midiático.⁴

O cristianismo pregado pelo reverendo Moon não era considerado legítimo e deveria ser combatido na visão de Wagner Souza. Curioso foi que os Hare Krishnas foram colocados no mesmo "balaio" que Moon, embora fizessem parte de religiões diferentes. Talvez porque elas fossem consideradas pelo autor como seitas com toda carga pejorativa que o conceito carregava fora do âmbito das ciências sociais. Neste caso, aqueles que em boa parte da história do protestantismo no Brasil foram desqualificados desta forma por setores do catolicismo e da imprensa, passavam adiante a mesma atitude preconceituosa.

Durante o período que antecedeu a elaboração da nova constituição, a Assembleia de Deus também se mobilizou ativamente no sentido de poder intervir também neste processo e o livro *Irmão vota em irmão* demonstra o quanto este momento político foi considerado importante para os assembleianos. Sylvestre escreveu seu livro mais famoso alguns meses antes das Eleições Constituintes de 1986. Seu título reproduzia a ideia de um novo modelo político que iria marcar a atuação eleitoral evangélica nas décadas seguintes. Em vez do afastamento das coisas mundanas, o que se pregaria a partir dali seria a entrada organizada nas instituições políticas:

É até compreensível que, em décadas passadas, alguns missionários, de boa fé, tenham usado esta argumentação ou defendido ideias parecidas para evitar

³ SOUZA, Wagner José de. Denúncia: "Reverendo" Satânico na Constituinte. *O Jornal Batista*. Rio de Janeiro, p. 4, 9 nov. 1986.

⁴ João Batista Natali. Adeptos de Moon querem eleger 57 constituintes. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 11, 15 mai. 1986.

problemas com a estrutura coronelista da política interiorana, tradicionalmente aliada ao clero católico-romano.

Estrangeiros e além do mais evangélicos, eles não poderiam demonstrar preferências políticas nem apoiar candidatos abertamente, pois iniciativas dessa ordem poderiam aumentar a incidência de perseguições e injustiças já cometidas contra os crentes em praticamente todos os Estados da Federação.

Todavia, insistir nesta tese nos dias atuais é fazer a vontade do maligno, que não deseja ver a influência benéfica de grande número de políticos crentes alterando, como sal, a atuação de pecado das nossas cúpulas dirigentes.

Deus permitiu o progresso evidente do evangelismo nacional e, como força preponderante no conjunto da sociedade, é preciso começar a ser o “sal da terra” e não apenas “luz do mundo”. (SYLVESTRE, 1986, p. 36)

Este interesse pela elaboração da nova Carta Magna também pode ser percebido nas edições do *Mensageiro da Paz*. André Dione Fonseca, ao estudar a atuação deste periódico durante o período da redemocratização, identificou diversas reportagens que mostravam a intensa participação assembleiana visando interferir nos rumos políticos nacionais, seja impulsionando a construção de candidaturas evangélicas para atuar na Assembleia Nacional Constituinte, seja questionando os possíveis rumos que a nova Constituição poderia tomar por conta da presença de grupos e/ou movimentos sociais dos quais discordava, como, por exemplo, os comunistas e as feministas. Ao acompanhar as reportagens do jornal durante todo período de abertura política até a outorga da Constituição de 1988, André Fonseca conseguiu perceber as alterações discursivas do jornal analisado, que chegou a adotar uma postura de crítica aos problemas sociais enfrentados pela população brasileira nos períodos mais próximos do pleito, mas estas atitudes se baseando em interesses eleitorais:

Ao se consultarem as edições do MP ulteriores a dezembro de 1986 fica evidente que a verdadeira intenção da AD no campo político não era lutar pela igualdade social. Dezenas de artigos publicados no mensário confirmam que o discurso de pré-eleição carregado de jargões denunciando as adversidades enfrentadas pela população brasileira não passava de mera retórica dos editores do MP num momento em que andavam à caça de votos para seus candidatos. Passadas



as eleições, sem tergiversar, o MP voltou a sua tradicional postura política conservadora centralizada em três grandes frentes de atuação: 1) acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas pela Constituinte em temas que atentavam contra os dogmas da Igreja (aborto, defesa das minorias sexuais, liberdade de culto cristão, cerceamento dos cultos afro-brasileiros); 2) insistência na tese de que os problemas sociais no Brasil tinham caráter espiritual e não seriam resolvidos por meio de medidas políticas; 3) preocupação em evitar que os temas políticos ganhassem força nas igrejas além da reprovação às atividades de membros em movimentos sociais, em especial os de contestação às políticas governamentais. (FONSECA, 2014, p. 296)

Outro tema caro aos assembleianos e que não foi citado por André Fonseca era a necessidade de preservação da liberdade de culto no país, assunto recorrente na história dos evangélicos no Brasil. Este também foi abordado no *Mensageiro da paz* numa edição de 1987. Neste ano, Estevam Ângelo de Souza publicou o artigo “Direitos e garantias individuais”, chamando a atenção dos constituintes para a necessidade de garantir a manutenção da liberdade religiosa na nova constituição e dando sugestões de um texto constitucional que não deixassem margens a que esta garantia não fosse atendida. No caso em questão ele pedia que fosse mantido o artigo 9º II da Constituição de 1967, que vedava:

À União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhe o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente no setor educacional, no assistencial e no hospitalar. (SOUZA, 2004, p. 68)

De acordo com Souza (1997, 2004), este artigo garantia que possíveis interpretações não viessem a distorcer a isonomia do Estado na relação com as diversas religiões existentes, garantindo a todos os grupos religiosos a possibilidade de vir a estabelecer parcerias com o mesmo. Outro texto criticado no anteprojeto constitucional foi o artigo 20 que, no entendimento do autor, poderia criar empecilhos para o direito da igreja de divulgar o Evangelho:

O anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, em seu artigo 20, vem a substituir o parágrafo 5º do artigo 153 da Constituição vigente, com a seguinte redação:

“Todos têm direito à prática de culto religioso, respeitada a dignidade da pessoa”.

Com todo o respeito que nos merece a douta Comissão que elaborou esse anteprojeto, julgamos haver aí um meio de restrição à liberdade religiosa. Uma pessoa inimiga da religião poderia considerar desrespeito à sua dignidade pessoal o simples ouvir de longe, quando a liberdade religiosa, na prática, há vários anos, em todo o Território Nacional, consiste na liberdade de expressão e no direito que têm as diferentes crenças religiosas de pregar e divulgar, cada uma, sua religião, e realizar seus cultos livremente. Direito tem a Igreja Católica de celebrar suas missas campais, realizar suas procissões e outros atos públicos, com também os evangélicos e outros religiosos o fazem, “não intervindo a autoridade senão para manter a ordem”.

Garantir-se-ia assim o trabalho missionário dos evangélicos, assim com sua presença no espaço público como um direito legal.

No caso da Igreja Universal, o discurso político se fez nos púlpitos, e teve um efeito imediato porque ela conseguiu eleger em 1986, apenas nove anos após sua fundação, um deputado para participar da Constituinte. O escolhido foi o cofundador da IURD Roberto Augusto Lopes. O único representante da IURD no Congresso Nacional Constituinte.

A CONSTITUINTE

A frase que serviu de epigrafe para este artigo foi do deputado João de Deus e define bem qual foi o tom da participação evangélica durante a Constituinte de 1988, marcada negativamente pela troca aberta de votos por favores políticos. O primeiro e mais comentado foi a votação em massa de boa parte do que consideravam como a bancada evangélica na emenda que garantiu a Sarney 5 anos de governo, em vez dos 4 previstos, em troca de concessões de emissoras de rádio. Foi neste contexto que João de Deus defendeu o seu “fisiologismo com moral elevado”, ao ser criticado pelos deputados evangélicos que discordavam de sua posição. Deputados estes que tinham trajetória mais ligada a movimentos sociais ou a partidos de esquerda e que se sentiam incomodados com o pragmatismo político de seus companheiros de crença, como o deputado Lysaneas Maciel, que expressou seu



descontentamento no periódico *Aconteceu no mundo evangélico*, publicação ligada ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI):

"Esta bancada evangélica não existe'. A afirmação é do deputado evangélico Lysaneas Maciel (PDT-RJ), da Igreja Cristã de Confissão Reformada. Lysâneas disse que o que existe é um grupo de muitos conservadores, "sobretudo ligados à Assembleia de Deus", que tenta criar a imagem de que é bancada, mas na verdade funciona como linha auxiliar do governo. O deputado carioca denunciou distribuição de verbas, de empregos e de favores aos "evangélicos" numa clara cooptação por parte do governo. "É preciso que os fiéis façam hoje uma análise profunda, rápida e urgente da atuação daqueles que se dizem seus representantes, disse Lysâneas.⁵

O CEDI foi uma entidade para-eclesiástica responsável pela organização dos grupos ecumênicos protestantes no Brasil, que se originou do Centro Evangélico de Informação (CEI), em 1965.⁶ Atuou na divulgação das ideias ecumênicas, através de livros, revistas e jornais e com a criação de um centro de documentação. (TRABUCO, 2006, p. 115) Através dos artigos e reportagens do jornal *Aconteceu no Mundo Evangélico*, é possível perceber a reação deste setor, que estava vinculado a movimentos sociais desde o período da Ditadura, ao comportamento adotado pela bancada evangélica.

Representantes de sete igrejas evangélicas e da Igreja Católica se reuniram no dia 15 de agosto na Associação Brasileira de Imprensa para manifestar seu repúdio a ação da maioria dos constituintes evangélicos, que vêm sendo acusados de receber favores em troca de seu apoio a projetos de grupos e do próprio governo federal. "Em face da enorme repercussão alcançada com a reportagem publicada no Jornal do Brasil", declarou o Rev. Zwinglio Mota Dias, representante oficial do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e secretário geral do CEDI, "estamos reunidos para resgatar o termo 'evangélico', porque ele representa muito para todos os cristãos - católicos e protestantes -

⁵ Lysâneas Maciel critica atuação dos deputados evangélicos. *Aconteceu no mundo Evangélico*, Rio de Janeiro, p. 4, jun. 1988.

⁶ Para uma análise da trajetória do CEDI ver a tese do historiador Zózimo Antônio Passos Trabuco "*À direita de Deus, à esquerda do povo*": Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994). (TRABUCO, 2016).

e não podemos vê-lo associado a atitudes políticas fisiologistas e irresponsáveis a que estamos assistindo". O encontro foi tumultuado pela presença dos deputados e pastores João de Deus Antunes (PTB-RS) e Salatiel de Carvalho (PFL-PE) que, sem terem sido convidados, interrompiam as preleções. Ao ser indagado por repórteres sobre o fisiologismo, João de Deus colocou: "eu sou mesmo fisiologista, mas quem não é? Todo mundo que vai para o Congresso Nacional já sabe que é para fazer fisiologismo (trocar o voto por interesses pessoais). Só que eu faço com o moral elevado". Acusado de ser policial, ele respondeu: "sou policial sim. Fui delegado durante 26 anos em Porto Alegre, saí fugido de lá mas nunca prendi ninguém".⁷

Uma reportagem realizada pelo *Jornal do Brasil*, publicada em 7 agosto de 1988, realizou uma verdadeira devassa sobre a política fisiologista praticada pela bancada evangélica durante a Constituinte de 1988. Feita pelo jornalista Teodomiro Braga, nela aparecem diversos casos de atos ilícitos realizados pelos políticos deste grupo, que iam de atos de corrupção e troca de votos por diversas benesses, como a concessão de emissoras de rádio e verbas públicas para as igrejas e familiares dos deputados. Paul Freston observa que o jornal listou pelo menos 15 acusações contra o grupo. O comportamento deles poderia ser facilmente percebido como imoral e os títulos e subtítulos presentes no texto evidenciam em boa parte isto: "A constituição segundos os evangélicos", "as indulgências plenárias", "uma rádio, pelo amor de Deus", "o déficit ora no Planalto", "a Santa Fisiologia". A ilustração presente na reportagem tem uma bíblia no centro e dela sai um personagem que pode ser identificado como um deputado evangélico a correr atrás de um homem com um saco de dinheiro. Ambos são seguidos por um homem que carrega uma câmara de filmagem. Em outra imagem é possível ver um suposto deputado evangélico a votar numa cabine olhando para uma figura onde há a inscrição "emprego público". (Ver imagem 1 e 2) Estas duas representações se alternam nas três páginas do artigo.

⁷ Igrejas cristãs repudiam fisiologismo de constituinte evangélicos. *Aconteceu no mundo evangélico*. Rio de Janeiro, n, 69, p. 3, ago. 1988.

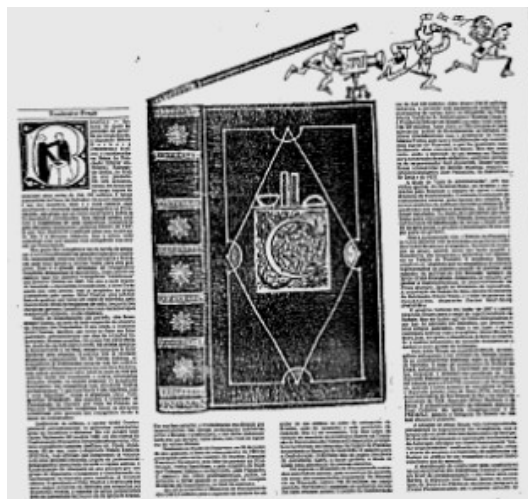


Imagem 1 - Detalhe da reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 07/08/1988



Imagem 2 - detalhe da reportagem do *Jornal do Brasil* publicada em 07/08/1988

Teodomiro Braga também cita a reativação da Confederação Evangélica Brasileira como uma estratégia utilizada pelos deputados constituintes evangélicos para fortalecer sua articulação e seu poder de negociação:

Depois de permanecer praticamente desativada durante o regime militar, a Confederação foi relançada [...] por um grupo de deputados evangélicos e transformada no instrumento da bancada para canalizar os recursos oficiais. O presidente é Gidel Dantas e outros seis dos nove cargos restantes da diretoria são ocupados por deputados crentes, a maioria das seitas pentecostais (três da Assembleia de Deus e um da Igreja de Cristo). Em sua fase anterior, a Confederação era dirigida por representantes das igrejas protestantes históricas, como

a Batista e a Metodista, e não tinha parlamentares em sua direção. Além disto, não vivia de repasses de verbas oficiais.⁸

Há um erro na reportagem, uma vez que os batistas nunca haviam participado na antiga CEB, embora alguns de seus membros tenham apoiado o novo grupo, a exemplo de Nilson Fanini. Paul Freston observa que a Assembleia de Deus foi a grande base de sustentação para os novos constituintes, defendendo a CEB das críticas que sofria da imprensa e dos protestantes que não se sentiam representados por esta instituição.

O que viabilizou a CEB foi o apoio a AD. Esta tinha a maior bancada protestante, quase todos homologados oficialmente. A oposição da cúpula assembleiana, em qualquer momento, teria sido suficiente para acabar com a CEB. Nunca se opôs; ao contrário, procurou mantê-la o maior tempo possível. O Mensageiro da paz mostra o quanto a AD apostou na CEB. "Parabéns aos dinâmicos deputados que fazem parte da diretoria da CEB". Dias antes das denúncias no Jornal do Brasil, o Mensageiro faz editorial elogioso. A CEB "pretende servir como elo de ligação entre o poder público e as igrejas, já que estas... não devem envolver-se diretamente com as questões da administração secular. Sua atividade é eminentemente espiritual. Todavia, como vivemos no mundo, existem situações paralelas diante das quais a igreja não pode silenciar-se". A CEB seria um biombo que preserva a fachada apolítica da igreja mas permite "acesso aos programas oferecidos pelo governo. (FRESTON, 1993, p. 231)

Apesar dos ganhos financeiros durante a Constituinte, a bancada evangélica se enfraqueceu após o processo, pois uma vez elaborada a nova Constituição, os balcões de negociação foram extintos. Além disto, a forma agressiva como ela se entregou às diversas negociatas em busca de interesses comezinhos e os muitos casos de corrupção envolvendo o grupo acabaram levando-lhe ao descrédito junto a uma parte considerável de seus eleitores. Como salientou Freston, não foi porque fizeram diferente de outros políticos que os parlamentares evangélicos tiveram sua imagem desgastada, mas sim pela sua rápida assimilação da cultura política brasileira, sem levar em conta uma característica que era fundamental para esta prática, a saber, a discrição:

⁸ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4 - Caderno B, 7 ago. 1988.



As acusações sugerem que, acima de tudo, o que faltou à bancada evangélica foi a discrição. Como novatos deslumbrados com a proximidade do poder temporal que o ensino sectário ao mesmo tempo rejeitava e endeusava, foram indiscretos e exagerados nas ambições. Numa situação que a ética sectária não tratava, sentiam-se livres para assimilar a cultura política, mas faltava realismo. Tornaram-se um fator de instabilidade e, por isso, não receberam a solidariedade corporativa da Câmara quando denunciados pela imprensa. Não tinham nenhum monopólio do fisiologismo, mas cometeram o maior pecado político que é a indiscrição. (FREESTON, 1993, p. 235)

Soma-se a esta ausência de discrição o fato de que os evangélicos haviam sido eleitos a partir de um discurso que ressaltava o papel que eles poderiam exercer no processo da moralização da política e caminham num sentido completamente oposto ao pregado. O próprio Josué Sylvestre, ao avaliar a atuação dos políticos evangélicos durante a Constituinte, apontou para a necessidade de substituição de alguns nomes:

Nas próximas eleições, em 1990, haverá oportunidade de reeleger e confirmar no mandato os que se mostraram capazes, hábeis, honestos, defensores da verdade e da justiça social, equilibrados, operosos, inabaláveis na fé e mandar de volta para casa os despreparados, inoperantes, inconstantes, e os que, ao invés de agirem com ética cristã, tiveram desempenho igual aos que só se preocupam com interesses personalistas, pela vaidade e ambição na prática de métodos fisiológicos pouco recomendáveis. (SYLVESTRE, 1988, p. 29)

Apesar disto, avaliou como positiva ressaltando as conquistas do grupo citadas abaixo:

- A manutenção do nome de Deus no preâmbulo da Constituição
- Manutenção de uma Bíblia Sagrada sobre a mesa diretiva dos trabalhos
- Tirar a expressão “que não contrarie a ordem publica e os bons costumes” do 42º parágrafo do artigo 6º que tratava sobre tolerância religiosa: “É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e de suas liturgias particulares, que não contrariem a ordem publica e os bons costumes”.
- Impedimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo;

- Luta contra o voto distrital;
- Luta contra a legalização das curas mediúnicas;
- Posicionamento favorável às lutas sociais;
- Responsabilidade, uma vez que todos os deputados teriam participado ativamente da Assembleia Nacional Constituinte.

A maior parte dos posicionamentos citados por Sylvestre fazia parte de uma pauta conservadora ligada a temas morais e religiosos. Nestas votações, os evangélicos tiveram algumas vitórias como a colocação do nome de Deus na Constituição, a ampliação da liberdade religiosa, a manutenção do ensino religioso e a rejeição do termo orientação sexual. No entanto, tiveram que amargar algumas derrotas nas discussões sobre o aborto, a censura e o divórcio. (FRESTON, 1993, p. 248) Somou-se a estas a diminuição significativa de deputados evangélicos eleitos nas eleições de 1990, que passou de 32 nomes para 22.

A atuação dos deputados evangélicos não se limitava à busca pelo atendimento de seus interesses nas comissões da Constituinte. Um pedido de Antonio de Jesus, deputado PMDB-GO, demonstra que suas intenções caminhavam no sentido de tentar impor sua visão de mundo em todas as esferas do legislativo. Tanto que imagens de artistas plásticos foram censuradas. Um dos que tiveram sua obra retirada, o peruano Tacho Lagos, chegou a pintar um colar sobre a imagem original de sua obra para disfarçar a nudez. Duas de suas obras foram retiradas do corredor de exposições justamente a pedido de Antonio de Jesus. Sua atitude expressava uma demanda que era da bancada evangélica:

Na segunda-feira à noite, temendo nova reação evangélica, Rachel Osório, do grupo de "apoio cultural" da Câmara, retirou os seis nus sem autorização de Lagos. Rachel Osório cumpria uma ordem informal da direção da Câmara. "Desde o episódio dos evangélicos o nu está sob júdice aqui", diz o diretor-geral da Câmara, Fernando Sabino, 48.

Sabino, a princípio, não se incomodava com a nudez: "depende do que o nu está fazendo mas eu não tenho nada contra." Como a bancada evangélica tem, a mesa da Câmara está analisando a minuta de um projeto que estipulará onde e em que condições poderão ser montadas exposições.⁹

⁹ Bob Fernandes. Direção da câmara retira tela de nus a pedido de constituintes evangélicos. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. A4, 7 abr. 1988.



Durante o processo de votação do texto constitucional, a bancada evangélica tentou tirar o máximo proveito de seu poder como grupo extremamente organizado para influenciar em votações decisivas de interesse do governo. A preocupação do diretor-geral da Câmara parece expressar o cuidado com que este grupo era tratado naquele espaço.

OS CONSTITUENTES BAIANOS

Entre os deputados baianos eleitos para a Constituinte estava o presbiteriano ecumênico Celso Dourado, que fazia parte da chamada esquerda protestante, o batista Eraldo Tinoco e o assembleiano Milton Barbosa, os dois últimos ligados ao grupo político de Antonio Carlos Magalhães. Ambos foram considerados como pertencentes à bancada evangélica, embora tivessem trajetórias completamente distintas tanto no campo religioso como político, sendo Celso Dourado qualificado na época como um político de esquerda e Eraldo Tinoco e Milton Barbosa como de direita, estes últimos vinculados ao carlismo.

ERALDO TINOCO

Eleito pela primeira vez deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982, Eraldo Tinoco Melo teve sua trajetória marcada pela ocupação de diversos cargos públicos sob a proteção de Antonio Carlos Magalhães, tendo sido secretário estadual da Educação e Cultura no seu segundo governo (1979-1982). Em 1985, deixou o PDS e se filiou ao PFL, sendo eleito deputado federal constituinte nas eleições de 1986 por este partido. Na Constituinte, Eraldo Tinoco foi um dos fundadores do Centrão. Na avaliação realizada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Eraldo Tinoco “teve como principal objetivo reduzir a influência da esquerda na votação dos direitos sociais e econômicos” votando contra a “empresa nacional, a nacionalização do subsolo e o tabelamento dos juros”.¹⁰ O DIAP é uma entidade de assessoria parlamentar dos sindicatos brasileiros, que foi fundada em 1983, visando fiscalizar o desempenho de deputados e senadores e acompanhar a conjuntura política do Brasil, produzindo materiais que orientam os seus associados quanto a estas questões. Na avaliação feita pelo DIAP sobre a atuação dos deputados na Constituinte, que se baseou na opção dos candidatos nas principais matérias que interessavam os trabalhadores, Tinoco recebeu 0,25.

¹⁰ DIAP. *Quem foi quem na Constituinte*: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez/Oboré, 1988, p. 98.

Nas principais votações da Constituinte, pronunciou-se contra o rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a remuneração 50% superior para a hora extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, o voto aos 16 anos, a nacionalização do subsolo, a estatização do sistema financeiro, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade produtiva e o aborto. Votou a favor da proteção ao emprego contra a dispensa sem justa causa, da unicidade sindical, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da anistia para os pequenos e microempresários. (DIAP, 1988, p. 98)

Quando Antonio Carlos Magalhães foi ministro das Comunicações do governo Sarney (1985-1990), Eraldo Tinoco tornou-se sócio majoritário da Rádio Cristal, localizada na cidade de Itacaranha. Neste ministério, ACM tratou de ampliar o seu império midiático que funcionou como um importante instrumento para sua volta ao poder na Bahia, depois das revezes que passou durante o processo de abertura política.¹¹ As negociações em Brasília no Ministério das Comunicações aconteceram de forma escandalosa, tendo beneficiado amplamente seus aliados políticos.

Eraldo Tinoco era contrário à legalização do aborto. Em uma das sessões de discussão do tema, chegou a dizer que se o aborto fosse validado o assalto também deveria ser. Tal fala foi uma reação ao apelo do deputado Chico Umberto do PDT mineiro, que observou que tal prática já ocorria mesmo diante da condenação legal, ceifando a vida de milhares de mulheres. Eraldo Tinoco era o encarregado da redação do texto final da Subcomissão de Família,

¹¹ A derrota de Antonio Carlos Magalhães nas eleições de 1985 (municipal) e 1988 (estadual) foi fruto de uma série de fatores. Havia um clima de oposição a ACM que representava o velho regime político, somado ao fato de que prefeito Manoel Castro (indicado por ACM) não teve um bom desempenho na prefeitura. Sua tentativa de ganhar a eleição lançando, em 1988, como candidato a governador Josaphat Marinho, político respeitado e oposicionista durante a Ditadura Militar, não surtiu efeito. Nas eleições municipais, o PMDB era o partido forte, o que o levava parte considerável da população a vê-lo como símbolo da luta contra as arbitrariedades cometidas pelo antigo regime político. Praticamente a disputa real do pleito municipal se deu no seio do próprio partido, durante a disputa para indicação do candidato. Nesta disputa interna, concorreram Mário Kertész e Marcelo Cordeiro. Já em relação a eleição para governador, Waldir Pires venceu com uma diferença de votos expressiva. (ALMEIDA, 1999, p. 422).



do Menor e do Idoso e sua fala explicitava o perfil conservador da subcomissão:

A curta frase que Tinoco usou para comparar a legalização do aborto à dos assaltos teve o poder de arrancar aplausos da maioria dos constituintes que acompanhavam a reunião, numa prévia do que deverá acontecer hoje, quando o auditório utilizado pela subcomissão para seus encontros deverá se transformar num cenário de guerra. Em pauta, novamente o aborto. Mas de um lado, defendendo sua legalização, vai estar o CNDM (Conselho Nacional de Defesa da Mulher) e, de outro, combatendo, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

"O perfil da subcomissão é alarmante", disse Komba Marx Porto, advogada do Conselho da Mulher, na última terça-feira, quando saía "derrotada" da primeira reunião pública realizada pela subcomissão. "Dos nove constituintes presentes, quatro eram pastores", afirmou Komba, que defendia a ampliação da lei do divórcio. Na verdade, nove de seus dezenove integrantes são pastores de vários credos.¹²

A presença dos evangélicos nestas comissões e subcomissões acabou evitando que medidas mais progressistas fossem adotadas pela nova Constituição, mas vale ressaltar que sem o apoio dos demais membros da bancada cristã, seus objetivos não seriam alcançados, pois a condenação do aborto contou com o reforço explícito da CNBB.

Outro testemunho da ligação de Tinoco era sua participação em eventos públicos ligados aos evangélicos, como os da 69ª Assembleia da Convenção Batista que ocorreu em Brasília em 1988. Este evento contou, inclusive, com a presença de José Sarney, que como foi já observado, teve o apoio da bancada evangélica para ampliar o seu tempo de governo:

Sarney chegou ao ginásio às 19h30, acompanhado pela mulher, Marly. Num pronunciamento improvisado de 15 minutos, evocou o "livro sagrado" para dizer que a autoridade e o poder são dádivas divinas e a lei, uma forma de exercitar o amor ao próximo. "Toda autoridade vem de Deus. Quem a tem, tem que prestar

¹² Aborto tem poucos defensores entre os constituintes. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 13, 23 abr. 1987.

contas a Deus. O poder que tens foi teu pai que te deu", afirmou com o microfone em punho e sacudindo o dedo em riste. Citando o capítulo 14 de São Paulo, observou: "o amor ao próximo é um prolongamento da lei. A autoridade de dever ser acompanhada pelo sentimento da lei".¹³

A quase teoria do direito divino defendida por Sarney em sua fala parece expressar o seu interesse em cooptar parte do segmento evangélico e também sua bancada que estava presente na assembleia batista.

MILTON BARBOSA

Milton Barbosa foi eleito deputado federal constituinte nas eleições constituintes de 1986 pelo PMDB. Ao contrário de Eraldo Tinoco, que não defendeu abertamente interesses religiosos batistas, Barbosa se firmou imediatamente como o advogado dos interesses de seu grupo religioso, tendo inclusive participação ativa no seio da bancada evangélica, notadamente no grande negócio que se tornou a Constituinte de 1988 para parte considerável deste segmento. Na reportagem supracitada do *Jornal do Brasil* que denunciou os atos ilícitos cometidos pelos deputados evangélicos durante a construção da nova Carta Magna, Milton Barbosa aparece como um dos que fizeram uso nada honesto de sua posição política e religiosa. A reportagem acusa o deputado assembleiano de, após haver indicado Raimundo Orrico para a coordenação da Fundação Educar, ter se beneficiado desta ação, uma vez que Orrico, num prazo de três semanas após tomar posse, teria realizado uma concessão de verba para a igreja a qual Barbosa congregava em Salvador.¹⁴ As acusações foram elencadas na reportagem, pois Barbosa também foi acusado de outras irregularidades, entre as quais a venda de bolsas de estudos que deveriam ter sido destinadas a estudantes carentes:

Um dos mais ativos líderes da bancada, o deputado Milton Barbosa, achou pouco a coordenadoria da Sudepe na Bahia, conseguindo também o cargo de coordenador da fundação Educar no Estado, para o qual escolheu o amigo Raimundo Orrico, empossado em outubro. Este retribuiu com suprema generosidade a ajuda do padrinho, dando logo uma verba de Cz\$ 100 milhões para a Assembleia de Deus de Salvador, da

¹³ Para Sarney, autoridade e poder são "dádivas" divinas. *Folha de S Paulo*, São Paulo, p. 5, 24 jan. 1988.

¹⁴ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4b, 7 ago. 1988.

qual Barbosa é membro. O convênio com a igreja de Barbosa foi a única medida de vulto de Orrico, pois ele foi demitido no dia 12 passado, uma decisão que o deputado diz ter recebido com “surpresa”. O segundo-tesoureiro da Confederação foi protagonista ele próprio de um pequeno escândalo no início deste semestre: vendeu 200 bolsas de estudo, no valor de Cz\$ 812 mil, que o governo dá aos parlamentares para distribuir a estudantes necessitados. Vendeu-as por apenas Cz\$ 200 mil a um intermediário, que as revendeu por Cz\$ 300 mil ao deputado Francisco Coelho (PDS/MA).¹⁵

A gravidade das acusações exigiu uma resposta de Barbosa que foi à tribuna da Câmara Federal para se defender. Sem apresentar dados que comprovassem sua inocência, Milton apelou para o discurso de vítima de perseguição a que estariam sujeitos os evangélicos no Brasil, abonando não apenas a sua conduta, mas também a da Confederação Evangélica do Brasil, na qual era o segundo secretário. Legitimou ainda as supostas conquistas para as igrejas evangélicas conseguidas com os “arranjos” políticos estabelecidos:

Há, portanto, uma ação desagregadora da imprensa, e sobretudo discriminadora contra esta minoria religiosa. E contra isto nos levantamos, séria e corajosamente, defendendo o nosso direito de sermos os agentes dos interesses legítimos das comunidades que representamos, ainda que tais atitudes nossas contrariem outros segmentos da sociedade atéia, não-cristã e capaz de tentar macular a dignidade dos que não se envergonham do Evangelho de Jesus Cristo.¹⁶

Sua posição política também não foi das mais louváveis e, tal como Eraldo Tinoco, esteve quase sempre ao lado do Centrão, ficando à parte apenas nos momentos em que a bancada evangélica se separou deste para conseguir um maior poder de barganha durante as votações. Como observou o DIAP, apesar de Milton Barbosa se definir como de centro-esquerda, votou com a UDR, assumindo uma posição contrária aos trabalhadores na maioria das discussões, exceção feita à questão da proteção da empresa nacional do subsolo, ao tabelamento dos juros e ao voto aos 16 anos, temas pelos quais votou favoravelmente. (DIAP, 1988, p. 126)

¹⁵ Teodomiro Braga. A Constituição segundo os evangélicos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5b, 7 ago. 1988.

¹⁶ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*. Brasília, p 12265, 12 ago. 1988.

Na Constituinte foi titular da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

CELSO DOURADO

Antes de se eleger deputado federal Constituinte pelo PMDB, Celso Loula Dourado já havia sido eleito vereador da cidade de Campo Formoso (BA) em 1982. Pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, ele era um participante ativo de movimentos sociais. Defendeu ideias progressistas dentro do seio protestante e participou da Conferência do Nordeste, evento ocorrido na cidade de Recife (PE) de 22 a 29 de julho de 1962, que reuniu 167 pessoas de 14 denominações, além de membros do movimento ecumênico, para discutir os problemas brasileiros e a missão social da igreja. A conferência foi intitulada “Cristo e o Processo revolucionário brasileiro”, tendo sido organizado pela Confederação Evangélica Brasileira, então ligada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e representou um marco na mudança da forma como o protestantismo em nosso país se comportava diante dos graves problemas enfrentados na nossa sociedade, como a exclusão social e política. (BURITY, 2011, p. 14) Dourado atuou também junto aos Comitês de Anistia e Direitos Humanos, dando apoio aos perseguidos pelo Regime. Ao chegar à Constituinte, trazia um histórico de luta tanto contra a Ditadura Militar quanto na busca por uma sociedade menos desigual. (SILVA, 2010, p. 193)

Durante a Constituinte, atuou no sentido de votar favoravelmente aos pleitos que interessavam os movimentos populares e sindicais, destoando completamente do fisiologismo praticado pelos seus companheiros da bancada evangélica que, aliás, se recusava a admitir como uma bancada de fato, tal como era colocado pela imprensa, embora tenha participado ativamente das reuniões do grupo na sua fase inicial. À medida que este foi mostrando seu caráter moralista e conservador, foi se afastando deste segmento. Em maio de 1988, por exemplo, foi à tribuna para contestar uma reportagem do *Jornal do Brasil*, a qual havia dito que os evangélicos votaram contra a reforma agrária. Celso Dourado negou este fato, afirmando que havia ao menos um grupo de deputados que tinha sido favorável a esta demanda:

Sr. Presidente, tenho feito vários reparos do destaque de bancada evangélica ou grupo evangélico nesta Casa. Não concordo com essa classificação. Aqui não represento a minha Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, mas o povo brasileiro. Sou evangélico. Aliás, tradicionalmente, sou a quarta geração.



Por outro lado, Sr. Presidente, muitos dos chamados Deputados evangélicos votaram a favor da reforma agrária, defenderam-na e estiveram bem conscientes das consequências de um voto contrário. Pelo menos nove desses Parlamentares não votaram com o "Centrão". Portanto, a nota do Jornal do Brasil, se é parcialmente verdadeira, não corresponde a toda a verdade.¹⁷

Um dos temas que mais favoreceram confrontos entre Dourado e a bancada evangélica foi em relação à questão do aborto, pois os mesmos se recusavam a adotar uma visão menos simplista sobre o tema, se apegando aos seus valores religiosos para basear suas posições, enquanto Dourado, apesar de suas crenças, admitia que o mesmo também poderia ser encarado como um problema de saúde pública que afetava sobretudo os mais pobres.¹⁸

Depois da promulgação da Constituinte, os atritos continuaram. Numa sessão realizada em 10 de maio de 1990, o deputado João de Deus, ao questionar o projeto de José Genuíno, do PT, o qual propunha a possibilidade de interrupção da gravidez até o terceiro mês, provocou Dourado, afirmando que o teria visto da tribuna a desaprovação à sua fala:

O Deputado Celso Dourado, como evangélico, não deveria estar meneando a cabeça, porque sou evangélico e defendo os meus princípios. Não estou em cima do muro e não tenho vergonha de assumir o que estou dizendo. Aqueles que votam em V. Ex, que certamente são evangélicos, devem saber que esta aqui desaprovando os meus atos.¹⁹

A resposta de Dourado foi curta e direta, observando que outros temas que afetavam a vida, como a exploração social, também criavam diversas formas de violência. Agir de forma violenta não seria "só tirar a vida biológica, é também votar do lado dos poderosos, contribuir para essa estrutura perversa, existente na sociedade brasileira".²⁰

Devido a sua postura combativa durante a Constituinte, Dourado foi considerado uma referência positiva não apenas para o DIAP, mas também para segmentos do movimento evangélico que vinham em sua atuação

¹⁷ *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília, p. 1773, 13 mai. 1988.

¹⁸ Evangélico têm encontro com Sarney. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 26 mar. 1987.

¹⁹ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, p. 4722, 11 mai. 1990.

²⁰ *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, p. 4722, 11 mai. 1990.

parlamentar, ao lado de outros destaques, com um contraponto importante face a atuação reacionária e fisiologista de boa parte da bancada evangélica:

Desfazer a imagem de que os evangélicos estão contra os avanços sociais, devido aos votos da maioria dos parlamentares protestantes na Constituinte, é uma das preocupações dos representantes brasileiros na reunião do Conselho Mundial de Igrejas, que começa hoje, em Salvador, como participantes de 26 países. O representante brasileiro no CMI, Enilson Rocha Santos, afirmou que esses parlamentares não expressam o pensamento das comunidades protestantes "que certamente saberão avaliar o comportamento deles e responder através do voto", citando como exemplos os deputados Lysâneas Maciel (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ) e Celso Dourado (PMDB-BA), o representante no CMI disse que esses parlamentares "são exemplo de que nem todos os evangélicos votaram com o atraso na Constituinte".²¹

Apesar de sua postura parlamentar avançada e sua luta em benefícios dos mais explorados, Celso Dourado não conseguiu se reeleger deputado federal nas eleições de 1990. Os outros dois deputados evangélicos baianos, Eraldo Tinoco e Milton Barbosa permaneceram no Congresso Nacional, Tinoco porque foi reeleito e Barbosa porque assumiu a vaga de Benito Gama que foi empossado Ministro da Educação no Governo Fernando Collor (1990-1992). Neste pleito, surgiu um terceiro nome, que veio ocupar a "vaga" de Dourado na bancada evangélica, o de Luiz Moreira, candidato ligado a Igreja Universal do Reino de Deus. Um prenúncio de que a bancada evangélica baiana se afastaria cada vez mais de um evangelho comprometido com o social e seria marcada pelo fisiologismo de "moral elevado".

²¹ Protestantes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 18, 4 out. 1988.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gilberto Wildberger de. *Política e mídia na Bahia: a trajetória de Antônio Carlos Magalhães*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Comunicação – UFBA. Salvador, 1999.

BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: Protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

DIAP. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1988.

FONSECA, André Dioneu. Informação, política e Fé: o jornal Mensageiro da Paz no contexto de redemocratização do Brasil (1980-1990). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 34, nº 68, 2014.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: Da constituinte ao impeachment*. 307f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993.

PIERUCCI, Antonio Flavio. *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Elizete da. *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira de Santana*. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010.

SOUZA, Estevan Ângelo de. *Direitos e Garantias individuais*. In: Mensageiro da Paz: os artigos que marcaram a história e a teologia do Movimento Pentecostal no Brasil – Artigos Históricos, v. 3. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

SYLVESTRE, Josué. *Irmão vota em irmão: os evangélicos, a constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho, 1986.

SYLVESTRE, Josué. *Os evangélicos, a Constituinte e as Eleições Municipais*. Brasília: Papiro, 1988.

TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *“À direita de Deus, à esquerda do povo”*: Protestantismos, esquerdas e minorias (1974-1994). Salvador: Editora Sagga, 2016.